

ACTA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

17.^a

Aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e nove elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Carlos Alberto Telo Figueira, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Elisiário Emílio Cancela, Carlos Alberto Azevedo, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Vítor Manuel Purrulo Madaleno, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Francisco dos Santos Neto, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Eliana da Conceição Marcelo Meirinho Mendes, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luís, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora, Alzira dos Prazeres Paulo Afonso e José Joaquim Campos. ---

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais António Manuel Ramos Pimenta de Castro, Tiago Calejo das Neves Varandas, José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco. -----

-----Não apresentou justificação o Deputado Municipal Vítor Manuel Parreira Batista, Alfredo Justino Ribeiro, José Luís Cordeiro, Maria Zita Rodrigues França Costa, Pedro Miguel Coutinho Monteiro. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: ---

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;* ---

-----1.2 *Informação da correspondência recebida e expedida;* -----

-----1.3 *Assuntos de interesse relevante para o Município;* -----

-----1.3.1 *Instalação do Conselho Municipal de Segurança. Tomada de Posse dos Membros do Conselho.* -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

-----2.2 *Análise e deliberação sobre “ Eleição de 5 Membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal - Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM)”;* -----

-----2.3 *Análise e deliberação sobre “ Atribuição da Chave do Município”;* -----

-----2.4 *Análise e deliberação sobre “ Actualização de Taxas, Tarifas e Licenças para o Ano de 2009. Informação da Divisão de Infra-estruturas e Equipamentos”;* -----

-----2.5 *Análise e deliberação sobre “ Extinção da Comunidade Urbana de Trás-os- Montes, e a Partilha do Património, nos Termos do art.º 39.º Da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto”;* -----

-----2.6 *Outros Assuntos.* -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos e disse: “ verificada a existência de quórum, e hoje com uma plateia recheada e bem humanizada, quero particularmente agradecer a todos os membros que vão integrar o Conselho Municipal de Segurança, a vossa disponibilidade para poderem estar aqui hoje, cumpriam um dever cívico; agradecer também aos nossos alunos da escola, e felicitá-los por terem vindo, porque de facto começam nesta idade a percorrer os caminhos sinuosos duma longa vida que têm pela frente, e acho que é assim que se deve começar, porque vocês são os futuros homens e mulheres do amanhã, nós vamos embora, vocês ficam, e este espaço continua, portanto contamos convosco, muito obrigado. -----

-----Vamos dar início à 17ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, entrando no 1º ponto, período de antes da ordem do dia, espero que compreendam, há aqui pessoas que em princípio estão convidadas, vamos aprovar a acta, portanto só se podem manifestar nesta votação os membros

que pertencem à Assembleia Municipal, a partir daqui, depois passamos logo para o ponto que lhes diz respeito. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior:*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou para deliberação e apreciação a Acta da décima sexta Sessão Ordinária, realizada no dia vinte e três do mês de Dezembro do corrente ano, declarando, de seguida, abertas as inscrições para uso da palavra. Não havendo intervenções vamos pô-la à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, cinco (5) abstenções e quarenta e três votos a favor (43) votos a favor. -----

-----Por razões de conveniência funcional vamos proceder à Instalação do Conselho Municipal de Segurança e conferir posse a todos os elementos que dele vão fazer parte. Queria apenas fazer uma breve alusão sobre o Conselho Municipal de Segurança e depois cumprimos os formalismos legais. -----

-----Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores membros a integrar o Conselho Municipal de Segurança, Comunicação Social, Jovens Estudantes do Agrupamento de Escolas de Mogadouro. A Lei nº 33/98 de 18 de Julho da Assembleia da República criou os Conselhos Municipais de Segurança com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação, cujos objectivos, composição e competências, deram lugar à elaboração e posterior aprovação do regulamento do Conselho Municipal de Segurança, publicado em Diário da República, II série, nº22 de 2 de Fevereiro de 2009. Deste modo, e nos termos do artigo 20º deste regulamento, compete à Assembleia Municipal, instalar o Conselho Municipal de Segurança. -----

-----Presumivelmente conhecido o regime jurídico do funcionamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Mogadouro, estão agora criadas as condições necessárias ao seu normal funcionamento, dispondo o Senhor Presidente da Câmara, a quem lhe cabe presidir, de um valioso conjunto de Conselheiros apostados em dar toda a colaboração no reforço e prevenção da marginalidade e na garantia de segurança e tranquilidade das nossas populações. Impõe-se assim que o Conselho de Segurança funcione, dada a situação económica – financeira que se vive em Portugal, na Europa e no Mundo. Sendo que, a todo o momento, poderão

eclodir novos factores de pobreza e de exclusão social, geradores de pânico e de insegurança principalmente dos cidadãos mais desprotegidos e com particular incidência os mais idosos. -----

-----Em nome da Assembleia Municipal a que presido, reitero os meus agradecimentos a todos quantos quiseram aceitar este novo desafio de cidadania proactiva, sendo certo que, da nossa parte, tudo faremos para que o Município de Mogadouro, em estreita cooperação com este Conselho Municipal de Segurança que, agora toma posse, responda em tempo útil a quaisquer constrangimentos ou adversidades que se lhe coloquem, relativamente nas matérias de segurança das suas populações e dos seus bens. -----

-----Agradeço também a presença dos Jovens Estudantes e formulo votos de que, como futuros responsáveis das Instituições democráticas do amanhã, aprendam hoje os caminhos que todos trilhamos em favor da democracia representativa. -----

-----A todos bem-haja. -----

-----Vamos agora proceder à tomada de posse, vamos fazer a chamada. ---

-----António Guilherme Sá de Moraes Machado, Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro; Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Assembleia Municipal de Mogadouro; Rui Manuel Felgueiras Mesquita, representante dos Presidentes de Junta; Sara Andrade Cabral, representante do Ministério Público na Comarca; Hugo Tavares, Comandante da Guarda Nacional Republicana; Dário Rodrigues Mendes, Coordenador do Gabinete Municipal de Protecção Civil; António Manuel Martins Salgado Rodrigues, Comandante da Corporação de Bombeiros Voluntários de Mogadouro; Maria José Galvão, representante do Centro Distrital de Segurança Social; Maria da Luz Coelho Pires, representante do Centro de Saúde de Mogadouro; Maria José Galvão, representante da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; Silvano António Cancela, representante do Agrupamento de Escolas do Concelho de Mogadouro; Horácio Rodrigues Sá, representante da Associação de Comerciantes; António Gonçalves Abreu, Domingos Alfredo Amaro, Fernando Meireles Oliveira, João Fernando Freitas Meira e Manuel Assunção Martins, são cinco cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Segurança. -----

-----Então chamava para tomar posse, para assinar e fazer o juramento, António Guilherme Sá Moraes Machado, na qualidade de Presidente da Câmara e Presidente do órgão, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; eu chamo-me a mim próprio, Ilídio Granjo Vaz, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; Rui Manuel Felgueiras Mesquita, representante dos

Presidentes de Junta, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; Sara Andrade Cabral, representante do Ministério Público na Comarca, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; Hugo Tavares, Comandante da Guarda Nacional Republicana, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; Dário Rodrigues Mendes, Coordenador do Gabinete Municipal de Protecção Civil, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; António Manuel Martins Salgado Rodrigues, Comandante da Corporação de Bombeiros Voluntários de Mogadouro, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; Maria José Galvão, representante do Centro Distrital de Segurança Social, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; Maria da Luz Coelho Pires, representante do Centro de Saúde de Mogadouro, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; Maria José Galvão, representante da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; Silvano António Cancela, representante do Agrupamento de Escolas do Concelho de Mogadouro, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; Horácio Rodrigues Sá, representante da Associação de Comerciantes, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; António Gonçalves Abreu, na representação dos cinco cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Segurança, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; Domingos Alfredo Amaro, na mesma qualidade, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; Fernando Meireles Oliveira, não está presente, toma posse depois na próxima Sessão da Assembleia porque teve um imprevisto de saúde, e justifica-se; João Fernando Freitas Meira, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me*

são confiadas”; Manuel Assunção Martins, também na mesma qualidade, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”. -----

-----Conferido o acto de posse de todos os elementos que vão integrar o Conselho Municipal de Segurança dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “Exmo. Senhor Presidente de Mesa da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Senhores membros agora empossados no Conselho Municipal de Segurança, as preocupações inerentes à segurança física dos cidadãos, dos seus bens patrimoniais, da paz e da tranquilidade psicológica e pública, constituem, nas grandes urbes, motivos de sérias inquietações e temores. Vivem-se, aí, situações dramáticas, em muitos casos de terror, como podemos verificar pela leitura e visualização quotidiana dos média. Felizmente que essas ondas de criminalidade ainda não atingiram a nossa terra, vantagens de vivermos no interior do interior, mas, sinais de marginalidade são já visíveis no que concerne ao consumo e tráfico de drogas, e outros delitos, que têm afectado o património público e privado. -

-----As questões relacionadas com a segurança e a marginalidade não são de fácil solução. Por um lado a identificação dos prevaricadores, o teor das leis, as limitações da sua aplicação e a dilação, criam muitas vezes, nos agentes dos actos ilícitos a sensação de impunidade e nos cidadãos o descrédito na aplicação da justiça. Mas mesmo quando se implementam meios efectivos de repressão, tantas vezes interpretados como racistas e xenófobos, acabam por não resultar, já que os sem número de casos que lhe dão origem se mantêm, levando, não raro, à exclusão. -----

-----Teremos então, embora não perdendo de vista a punição, que criar condições de integração dos prevaricadores e, fazer a prevenção, moderando, ou eliminando, muitas das causas que lhe são subjacentes. -----

-----Como primeira tarefa teremos que fazer o levantamento da situação da marginalidade no concelho e procurar as causas gerais e pontuais favorecedoras. Aspectos da vida das famílias, da sua condição económica e social, habitacional e educacional e, também da vida colectiva, proporcionando possibilidades gratuitas, ou a baixo custo, de ocupação física e psicológica, dos tempos livres, no campo da cultura, da educação, do desporto, do lazer e activando os mecanismos de solidariedade social. --

-----De resto o Conselho Municipal de Segurança saberá proceder ao estudo de todas estas questões, escolher o melhor caminho para atingir os objectivos para que foi criado e implementado. Durante o mês de Março promoveremos a primeira reunião onde teremos a oportunidade de debater e objectivar as mais diversas situações. -----

-----Por último, quero agradecer a todas as cidadãs e cidadãos o terem aceitado integrar o Conselho Municipal de Segurança. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “consumado o acto da instalação, se Vossas Excelências quiserem continuar a ficar aqui connosco, poderão ficar, mas se quiserem ir embora estão despachados. -----

-----Vamos só interromper dois minutos só para dar melhor aconchego à sala, tirar as cadeiras da frente para se poderem chegar mais à frente os Senhores Deputados. -----

-----Estamos em condições de prosseguir os nossos trabalhos. -----

-----Vamos passar ao ponto 1.2-----

-----**1.2 Informação da correspondência recebida e expedida.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço e não tendo havido inscrições para o uso da palavra o Presidente da Assembleia disse: “vamos passar ao ponto 1.3 – Assuntos de Interesse Relevante para o Município”. -----

-----Entretanto chegou à mesa uma Proposta que diz o seguinte: «Decorrendo entre os dias 14 e 20 de Abril do presente ano mais uma visita de intercâmbio da delegação de Ploumagoar propomos que esta Assembleia autorize o Deputado José Maria Preto a organizar e coordenar as actividades do programa de estadia da delegação supra referida.» -----

----- (*ouviram-se vozes*) A utilidade, é que nos termos regimentais um Deputado que ao longo de alguns anos tem sido o promotor deste intercâmbio com Ploumagoar na sequência da nossa geminação, como tem havido alguns problemas na justificação de faltas, então recorre-se a este meio regimental para pelo menos cobrir essa falha”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ deveríamos ter conhecimento de um pré programa de visita que seria talvez interessante para tomarmos uma deliberação nesse sentido, com alguns elementos em concreto sobre o programa de visita, pelo que percebi é uma delegação que nos visita”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “talvez seja melhor então eu dar condições ao proponente que explique à Assembleia e depois ficarão com uma ideia mais clarificada sobre o assunto e depois apresentam as questões que entenderem”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “eu propunha que fosse o Senhor Deputado José Maria Preto, que será o coordenador dessa visita a explicar, porque ele conseguirá elucidar melhor do que eu, aquilo que se propõe fazer, se assim entenderem”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “é proposto aqui o meu nome para trabalhar, não devia ser eu a vir aqui, uma vez que a proposta é no sentido de ser eu a pessoa que irá estabelecer a ponte entre o Município de Mogadouro e Ploumagoar no sentido de concretizar a vinda da delegação Francesa no âmbito do protocolo de geminação, mas uma vez que são pedidos alguns esclarecimentos, nomeadamente pelo Deputado

Tibério, aquilo que eu tenho a dizer é o seguinte: o telefone de minha casa tem tocado ultimamente no sentido de organizar a vinda da delegação de Ploumagoar no âmbito do protocolo de geminação; houve uma reunião oficial aqui na Câmara Municipal com a delegação no sentido de relançamento das actividades de intercâmbio e aquilo que foi decidido nessa reunião foi que durante quatro anos os intercâmbios se desenvolveriam ano aqui, ano lá, e portanto em 2009 é o ano em que a delegação de Ploumagoar vem a Mogadouro, aquilo que eu entendo é que a Assembleia Municipal precisa e a Câmara Municipal precisa de alguém que se disponibilize para organizar, para trabalhar esse intercâmbio, nada mais. O meu nome está aí a ser proposto, se entenderem que eu devo trabalhar e sacrificar a minha vida pessoal para que uma delegação de Ploumagoar venha aqui no âmbito do protocolo de geminação, eu estou disponível, se entenderem que não, arranjem uma pessoa que me substitua e tudo bem, não há pessoas insubstituíveis”. -----

► **LUÍS MOURO** usou da palavra e disse: “eu acho que, e desculpe Senhor Presidente mas a proposta que foi proposta neste momento devia ter sido feita a seguir à primeira proposta que foi apresentada pelo grupo parlamentar do PSD, que tem a ver, penso eu, que eu assinei-a e li-a, tem a ver com a deslocação de cinco alunos da nossa escola (*o Senhor Presidente da Assembleia interrompeu e disse: “essa é outra, não posso pôr duas ao mesmo tempo, uma de cada vez, eu até recebi três”*), mas aquilo que eu sugeria era ter proposto inicialmente a outra porque assim acho que estava justificado o Professor José Maria a deslocar-se e a representar o Município, penso eu, porque eu assinei-a dizendo que iriam cinco alunos desta escola a Ploumagoar num trabalho de estudo, e que foi eleito pelo Grupo Parlamentar o Senhor José Maria Preto a acompanhar esses alunos, penso que é essa a autorização que está aqui em causa, peço desculpa se assim não for”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “acho que há aqui uma grande confusão, isto às vezes é complicado para quem está a coordenar os trabalhos. Eu recebo três propostas que rapidamente tive que ler, uma não faz referência a este ponto, tive que a pôr a aguardar o ponto, e peguei numa e li, aprova-se e depois pego noutra, a ordem é arbitrária, tanto foi assim, como assim, foi conforme me chegou, eu não posso estar agora a fazer o estudo exaustivo do teor de uma para a classificar, pego numa leio-a, pego na outra vou lê-la, só depois de a aprovar, peço que compreendam esta metodologia”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente, eu não fiquei confuso com a leitura da Proposta, fiquei confuso com a explicação que o Senhor deu a seguir quando eu o interpelei do lugar, pelo que peço desculpa, é que de facto o Senhor Deputado José Maria Preto tem toda a liberdade para ter a actuação que quiser, e não precisa da autorização desta

Asssembleia para participar na realização das comemorações, na visita com Ploumagoar, agora se falam em relevação de faltas, esta Asssembleia, por motivo desses trabalhos, é evidente que, suponho que todos nós concordaremos que seja dispensado dos trabalhos parlamentares para tal fim, mas isso foi o que eu percebi das palavras do Senhor Presidente da Mesa, agora aquilo que o Senhor leu como Proposta, é uma não Proposta porque não propõe coisa nenhuma, não diz nada, porque se propõe..., propõem-se o quê? Que se vote autorização para... O Senhor Deputado José Maria Preto sentir-se-á ferido na sua honorabilidade se alguém for votar que ele pode fazer isto, por amor de Deus, a consciência dele é que dita se quer ou não quer fazer, e se tem aptidões ou não, pelos vistos tem muito gosto, já tem feito o mesmo trabalho doutras vezes, ao que eu julgo saber, com proveitos, com frutos, para toda a comunidade escolar, porque não ele continuar? Agora o que ele não precisa é autorização nossa para isso. Não vejo onde esteja o sentido da votação. Qual é a Proposta em concreto Senhor Presidente? O que é que quer que a gente vote? Ou melhor, o Proponente da Moção o que é que quer que a gente vote aqui? Não diz aí nada. *(O Senhor Presidente da Asssembleia interrompeu e disse: “ele é mandatado pela Asssembleia para fazer a recepção aos...”)*. Tudo bem, mas isso não está aí escrito. *(O Senhor Presidente da Asssembleia interrompeu e disse: “meu caro amigo eu li o que me apresentaram”)*, e eu respondo ao que o Senhor leu”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “sobre o assunto que está em discussão, José Maria somos amigos, não tenho nada contra isso, a questão que coloco é esta: este intercâmbio entre Mogadouro e Ploumagoar é certamente um intercâmbio que já tem vindo de há vários anos, e é também uma iniciativa institucional da Asssembleia Municipal, eu pergunto então, mas se isso é assim porque é que a Asssembleia, ou os líderes, os representantes não discutem isto em sede de líderes e fazem uma proposta de uma equipa para trabalhar nesse trabalho de preparação da vinda da delegação? Porquê? O grupo parlamentar do PSD, que indica uma pessoa, José Maria não está em causa a sua competência, como é evidente, para desempenhar esse trabalho quando isto pode ser feito em conjunto pela Asssembleia, sendo a Asssembleia a envolver-se e não uma pessoa a tomar essa responsabilidade, não está em causa a competência, nem a capacidade do meu amigo José Maria para fazer isso; o que eu acho é que deve ser uma iniciativa da Asssembleia, como Asssembleia, como órgão institucional, como Município e não apenas um acto isolado de uma pessoa que por muito boa vontade que tenha, e que se disponibiliza para isso, eu também me posso disponibilizar”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “ a minha intervenção vai no sentido do meu colega Luís Tibério, de facto estas questões não se pode atirar assim um nome para a frente, vai coordenar, vai fazer isto e aquilo,

por muito boa vontade que ele tem e tem demonstrado, só que este caso tem que envolver, além da Assembleia Municipal, tem que envolver a Câmara Municipal, e isto quis-me parecer que tudo ficava à margem, ficava tudo nas costas do Deputado José Maria, eu acho que deve haver uma comissão em que englobe, quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal, e aí sim nós estamos disponíveis, como já disse o Senhor Deputado Luís Tibério, mas de qualquer forma que seja a Assembleia Municipal em colaboração com a Câmara a dar avanço nesse protocolo, e no fundo a dar sequência ao protocolo de geminação que existe entre Ploumagoar e Mogadouro”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ depois da confusão gerada e de algumas acesas discussões que aqui se geraram, o objectivo desta proposta é poder, a pessoa em causa, o Professor José Maria Preto, que tem coordenado, e já aqui foi dito, com bons resultados, a geminação com Ploumagoar, para dar continuidade a essa geminação ele tem que dispor obviamente do tempo dele, isso implica ter faltas na escola, e sacrificar o tempo, o objectivo desta proposta é para ele, com a aprovação desta proposta, poder justificar as faltas e o tempo que ele despende com essa geminação, e essa proposta carece de ser aprovada pela Assembleia, proponho ao Senhor Presidente que a ponha à votação e será votada”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “se o Senhor Presidente entender que seja reformulada a proposta, porque aquilo que o Senhor Deputado António Martins acabou de dizer não está consubstanciado na proposta que o Senhor leu, nem que o Senhor tem aí, são coisa distintas, o que o Senhor Deputado António Martins aqui disse é uma história completa que tem cabeça e pés, conclui com o que pretende, mas aí o que está escrito não é isso, de maneira que se o grupo parlamentar do PSD entender reformular a proposta, eu estarei aqui para votar, agora isso que aí está não é nenhuma proposta, é nada, não se pode votar o que é nada”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ eu não sei onde é que está a dúvida sobre esta proposta, eu não sei, aquilo que se pede aqui é: «propomos que esta Assembleia autorize o Deputado José Maria Preto a organizar e coordenar as actividades do programa de estadia da delegação supra referida», ora bem não sei onde é que está o celeuma, autoriza ou não autoriza, foram-lhe aqui feitas algumas considerações de oferta, disponibilidade doutras pessoas, ele só tem é que os convidar, se entender que os deve convidar, para ajudar, querem colaborar, sim Senhor, todos somos poucos, não sei onde é que está a dúvida, há um pedido formal apresentado por escrito, pede para autorizar o Deputado, a Assembleia ou autoriza, ou não autoriza, e por isso eu vou propor a proposta à votação porque é o que me está aqui a ser pedido, os Senhores rejeitam-na ou aprovam-na”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente um ponto

de ordem só para dizer o seguinte: eu acho que esta iniciativa de preparação da vinda da delegação deveria inclusive partir da própria mesa da Assembleia, é um protocolo institucional entre dois Municípios que deve ser trabalhado, que deve ser realizado, que deve ser concretizado a partir, e a comissão responsável pelo trabalho deve partir da própria Assembleia Municipal e não duma pessoa, seja ela qual for, que se disponibiliza para o assunto, eu peço desculpa, acho que as coisas devem ser..., se o protocolo, se a geminação entre Mogadouro e a cidade Francesa de Ploumagoar tem algum interesse para ambos os Municípios, é ao nível institucional que as coisas devem ser tratadas, eu peço imensa desculpa por dizer isto ”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ eu na qualidade de Presidente da Mesa limito-me a pôr à consideração a aprovação ou não desta proposta, se entretanto o promotor a quiser retirar, que peça para a retirar e alterá-la, se não quiser tenho que a pôr à consideração da Assembleia, eu não posso fazer mais nada aqui”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ eu reafirmo que a proposta deve ser posta à votação, deve seguir com essa proposta, mas já que há aqui tanta disponibilidade e há receptividade para essa disponibilidade para trabalhar em conjunto com o Professor José Maria acho que nada invalida que sejam apresentadas outras propostas a disponibilizarem-se para trabalhar e nós teremos todos gosto também em as aprovar”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ assim sendo vou pôr a proposta à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Aprovada por maioria, com quatro (4) votos contra, sete (7) abstenções e trinta e sete votos a favor (37) votos a favor. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “ quer o meu voto, quer os que desta fila votamos contra, não foi contra a pessoa que foi indicada, mas foi contra ao método seguido para a escolha do elemento que vai representar essa comissão”. -----

► **CÂNDIDO FERNANDES** usou da palavra e disse: “eu venho aqui fazer declaração de voto por uma simples razão, é precisamente sobre este assunto e que está interligado; o ano passado foram a Ploumagoar, eu por acaso até estava com intenção de ir, e não fui porque, acho que o coordenador não agiu da forma correcta com as pessoas que foram, e então mediante esta situação acho que não é a pessoa indicada para coordenar isto, eu faço o meu voto contra a pessoa, não contra o sistema”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “sobre aquilo que eu estava a querer dizer ao Senhor Presidente da Junta de

Ventoselo relativamente à declaração de voto, remetia-o para o regimento, declaração de voto - só são admitidas declarações de voto orais quando o voto seja contra por período não superior a três minutos, que cumpriu escrupulosamente, ou escritas, estas a remeter directamente à mesa que as mandará inserir na acta, sobre a outra questão que foi levantada, só poderá haver uma declaração de voto oral por cada grupo parlamentar, está no regimento, o regimento é Lei (*ouviram-se vozes*), se está errado, o regimento foi aprovado há seis anos e está enquadrado na Lei. (*ouviu-se a voz do Deputado Aníbal Moreno a dizer para ler o nº 3 do artigo 27*), cada Deputado independente constituído nos termos do artigo 3 deste regimento pode fazer uma declaração de voto... (o Deputado Aníbal Moreno disse: esse é o 4, leia o 3), a cada Deputado Municipal é legítimo apresentar declaração individual de voto se esta não for concordante com a declaração do seu grupo parlamentar (*ouviram-se vozes ...e não foi, que é o caso*), pronto terminou, eu acho que..., então eu agora passo a ler outra proposta ..., sobre este assunto e uma vez que o nome do Deputado José Maria foi posto em causa de uma forma assim expressiva e negativa, tenha a bondade, tem três minutos”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “só para dar aqui um esclarecimento, na medida em que o Deputado Cândido Fernandes afirmou aqui que eu tinha sido pouco correcto com os que foram, eu terei sido pouco correcto é com os que não foram, que é diferente, de facto foi solicitado aqui ao PS que indicasse o nome de um Presidente de Junta, o nome de alguém que fosse em representação da vossa bancada a Ploumagoar, insisti até com a Deputada Municipal Antónia para que fosse, mas por razões profissionais não deu para ir, mas muitas pessoas estiveram do lado da vossa bancada, e da cor política neste intercâmbio, aliás eu nestas coisas não confundo águas, e penso que não devem ser confundidas e o trabalho tem que ser de todos, e é o seguinte: foi indicado um pouco mais tarde o nome do Cândido Fernandes e nós já tínhamos as coisas um pouco avançadas em termos de organização, de todas as formas achei pouco curial da parte da esposa do Senhor Cândido Fernandes que me telefonou para casa a perguntar como era, se podia ir, ou se não podia ir, então é assim o Senhor Cândido Fernandes na qualidade de representante do PS ninguém lhe podia negar a sua participação uma vez que foi indicado, única e simplesmente a esposa telefona-me para casa a dizer que se ela não fosse ele não ia porque sempre seria uma maneira de passar oito dias de férias, tenho dito”. (*Ouviram-se vozes*) -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “eu peço aos Senhores Deputados mais calma, porque embora este seja um local onde se discuta a política por excelência não é para estarmos aqui a lavar roupa suja. Quando se começa assim com este tipo de intervenções... O Senhor Deputado quer fazer o quê? (*Ouviram-se vozes*) Um contesta, outro

contesta, então venha lá um minuto. Tem o direito de lavar também a sua honra, por amor de Deus. Peço-lhe que seja rápido”. -----

► **CÂNDIDO FERNANDES** usou da palavra e disse: “quero deixar aqui explícito que quando quiser passar férias, pago-as do meu bolso, eu e a minha mulher, em relação à minha mulher ela não está aqui para se poder defender, que de certeza absoluta ela não disse o que afirmou aqui o José Maria. Em relação ao assunto eu não queria chegar tão longe, mas ainda me obriga a isso, foram pessoas que não têm nada a ver com Ploumagoar na viagem, e se eu pedi que pudesse ser incorporada a minha mulher, acho que também tinha obrigação de me poder acompanhar, porque outras pessoas que não têm nada a ver com Ploumagoar foram incorporadas na viagem. É só isso e não quero chegar mais longe”.-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vou proceder à leitura doutra proposta que foi apresentada à mesa: «Tendo a Câmara Municipal de Mogadouro deliberado apoiar a concretização de um Projecto Europeu de Intercâmbio de Jovens, no qual se incluem cinco jovens do Concelho de Mogadouro, Projecto apresentado pelo Município Francês de Guingamp, propomos que esta Assembleia que autorize o Deputado Municipal José Maria Preto a deslocar-se aquela localidade a fim de dar início aos trabalhos de organização do Projecto em representação da Delegação Portuguesa. -----
-----Mogadouro, 20 de Fevereiro de 2009» -----
-----Sobre a proposta, alguém quer fazer alguma intervenção?» -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “ nós, penso eu que com determinadas situações e com determinadas ideias que nós debatemos aqui e analisar determinados gatos com rabos de fora, eu acho que não vamos lá. Bom, eu mandei-lhe ler, e referindo-me a esta segunda proposta porque a primeira também ficou muito crua e muito nua, mas presunção e água benta cada um toma a que quer...como essa proposta vem aqui à Assembleia para nós deliberarmos eu gostaria de saber mais qualquer coisa, se eu vou votar uma proposta eu deveria saber mais qualquer coisa, o que eu gostava era que alguém me explicasse, pode ser o Professor José Maria, pode ser ..., quem saiba que me explique e que de facto..., os alunos também vão, os alunos têm que ter autorização dos pais e das escolas, o Deputado Municipal, vai pela Câmara, penso eu que tem que ter autorização, deve ter autorização da Assembleia, ou deve justificar as faltas à Assembleia porque senão tem faltas injustificadas, então a Assembleia deve dar autorização, ou seja deve justificar a falta, neste caso ao Deputado Municipal Professor José Maria que vai a acompanhar uma delegação de alunos do nosso Concelho, a Assembleia Municipal deve-lhe justificar as faltas que ele tiver na Assembleia Municipal”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “eu peço que esqueçam o nome do José Maria Preto, poderia ser o Manuel Luís Tibério, poderia ser Albino

Rodrigues, qualquer um, não é isso que está em causa. Uma pergunta: A pessoa vai em representação de quem? Da escola, da Câmara ou da Assembleia? É isso que eu quero saber. Se vai em representação da escola, é à escola que tem que pedir autorização, se vai em representação da Câmara, é à Câmara ..., não sei se precisa pedir autorização à Câmara para se deslocar, se vai em representação da Assembleia também não precisa pedir autorização, as faltas justifica-as como eu justifico quando não venho à Assembleia, quando eu vou para o estrangeiro e falto à Assembleia em dia de Assembleia, não peço autorização à Assembleia para me ausentar, eu peço autorização ao meu serviço para ir ao estrangeiro, nada mais que isso, vai ao estrangeiro, vai onde for, a acompanhar seja o que for, justifica as faltas em serviço, não precisa..., nós Assembleia Municipal não precisamos de autorizar ninguém a deslocar-se onde quer que seja. É evidente. Mas estamos aqui a discutir o quê? «*O sexo dos anjos*», desculpem a expressão. O José Maria acompanha os alunos, não está na Assembleia num dia de Assembleia, justificou a falta, acabou. Senhor Presidente está a falta justificada, não precisa de qualquer autorização. É o meu entendimento”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “algumas explicações então no sentido de ver se nos entendemos todos à volta destes assuntos, o que está aqui em causa é o seguinte: o Município de Mogadouro foi convidado a participar num Intercâmbio Europeu, em que não está só em causa a participação de alunos Portugueses e Franceses, estão alunos Austríacos, Alemães, Ingleses e Checos. Guinganp convidou-nos pela proximidade com Ploumagoar, pelos laços de afectividade, e eles fazem questão que nós participemos com os nossos alunos nesse intercâmbio, e este intercâmbio vai ter lugar entre 22 de Julho e 27 de Julho, entenderam, e portanto os alunos já nem sequer estão em aulas, já não estão em aulas nem é preciso qualquer justificação, carecem apenas da autorização dos pais, o que acontece é que durante o mês de Maio está prevista uma ida, uma visita de um Professor com um aluno de cada uma das delegações para fazer um primeiro trabalho preparatório daquilo que se vai passar em Julho, e este trabalho vai decorrer ao fim de semana, portanto em principio sábado, domingo e segunda-feira, e alguém tem que ir para dar andamento a este processo. A adesão a este projecto foi decidida e deliberada por unanimidade na Câmara Municipal, e eu fui contactado no sentido de me disponibilizar para ir com esse aluno a Guingamp num fim-de-semana do mês de Maio para ajudar ao arranque dos trabalhos preparatórios, mas a minha ida implica que eu tenha de me ausentar do meu trabalho na escola, este não é um projecto da escola, porque a escola não abraçou este projecto, quem abraçou este projecto foi a Câmara Municipal, e nesse sentido, no sentido de eu ver as minhas faltas justificadas alguém tem que me justificar, e para isso a Assembleia Municipal, uma vez que eu sou

Deputado Municipal pode em colaboração com a Câmara decidir a minha autorização e justificar essa ausência ao meu trabalho. Se eu não participar, ou se alguém não se disponibilizar para este trabalho, claro que pomos em causa um projecto de cinco países, porque se nós não formos este projecto já foi apresentado a Bruxelas, já está aprovado e está aprovado com a nossa participação, se nós não participarmos o projecto é posto em causa e não se faz. É só isto”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “que eu saiba, e segundo o regimento, enquanto o ponto estiver em discussão há sempre a possibilidade da pessoa se inscrever, as inscrições não estão limitadas no tempo, que eu saiba o regimento nada diz de quanto tempo têm para se inscrever, a não ser que o Senhor Presidente logo no início diga há cinco minutos para se inscreverem, passados estes cinco minutos, ou dez, ou quinze, ou dois ou três, portanto não foi feito, pura e simplesmente estavam as inscrições abertas usei dessa faculdade de me inscrever enquanto o tema estava a ser debatido. Sobre o assunto em concreto, o assunto que se está aqui a discutir nem é nada da competência da Assembleia Municipal, o assunto que se está a discutir é da Câmara Municipal, a Câmara Municipal é que é parceira nesse projecto, a Assembleia Municipal não é parceira nesse projecto e portanto não tem que estar a dar autorização ou deixar de dar autorização, e as faltas para as justificar é a Câmara que as justifica, a partir do momento que indica à escola que o Senhor Professor José Maria está em representação da Câmara Municipal nestes dias para acompanhar os alunos, mais, ele até podia ser representante da Câmara Municipal e não ser da Assembleia Municipal, e isso era legal. Então como é que justificava as faltas? O que nós aqui lhe podíamos fazer era justificar as faltas à Assembleia, mas o problema que se lhe põe não é faltas à Assembleia, é faltas na escola, e aí sim quem tem que lhas justificar é a Câmara Municipal indicando à Escola Secundária que o Senhor Professor José Maria está em representação da Câmara nestes dias de Maio ou Junho. O que está em causa é isso Senhor Presidente”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente penalize-me do tempo que estou a fazer perder a esta casa mas de facto só queria saber do Senhor Deputado José Maria Preto se ele não entende que a entidade competente para lhe relevar a falta não é a sua escola? É aos serviços da sua escola que o Senhor falta, é a sua escola que poderá ou não relevar a falta, não percebo qual é a intervenção aqui, nem da entidade que o convidou chamada Câmara Municipal de Mogadouro, e muito menos da entidade que aqui está a discutir o assunto chamada Assembleia Municipal de Mogadouro. Isto é o esclarecimento que eu lhe pedia. E agora queria pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente da Mesa. O que é essa história de circuito? Pode elucidar-me?”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “reserva-

me a mim próprio aquilo que os outros podem pensar sobre aquilo que eu digo, e não faço comentários. Falei no abstracto. Eu falei em termos abstractos, portanto cada um que faça a sua interpretação, se assim o entender, se não entender não faz interpretação nenhuma. Está em causa uma proposta, eu pergunto à Assembleia, nomeadamente ao seu proponente se a proposta é para pôr à votação ou se é retirada”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “à conversa com a pessoa em causa, e dado já estar num período de férias é provável que o objectivo da proposta se consiga resolver de outra forma, talvez com a Câmara. Pode-se retirar a proposta”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “a pedido do proponente da proposta deixa de ser proposta”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “peço desculpa por me ter inscrito só à última da hora, mas é o seguinte: eu peço encarecidamente à Câmara Municipal para que não deixe cair a realização deste projecto, e a forma de obviar à solução desta questão aqui, eu solicito à Câmara Municipal que faça um ofício à DREN a solicitar então autorização para eu poder participar neste projecto”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “isto é do regimento, nesta Assembleia os líderes, quer de uma bancada, quer de outra, falam em nome das suas bancadas, cada Deputado deve falar sobre o que pensa, como vê as coisas, cada um individualmente; o Senhor José Maria teve aqui três intervenções, em todas elas eu fiquei mais lúcido, mais informado, ele informou, e se viesse aqui mais vezes, de certeza absoluta que toda a gente ficava ainda mais informado, bom eu digo isto porque o processo começou logo mal, apareceram aqui duas propostas, como foi dito aqui nesta Assembleia, que não diziam nada, não têm lá nada, o Professor José Maria veio aqui três vezes e disse qualquer coisa, mas ainda não se disse tudo, e eu faço um apelo ao público que está aqui, a estes jovens, que é assim, nós não devemos ..., o gato deve-se pôr todo de fora, nem com o rabo dentro, nem com o rabo fora, deve-se pôr todo a andar, deve-se pôr a mexer, se gostamos dele acarinhamo-lo, senão que vá arranjar outro dono, as coisas devem ser claras e não devemos andar cá com meios-termos, para vocês que são jovens fiquem com essa ideia”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “eu acho que estas coisas têm que ser cumpridas nos devidos lugares, o regimento da Assembleia é um, por acaso nunca o li profundamente porque não sou Deputado da Assembleia, mas há aqui muita gente que o lê, não é o Presidente da Câmara que tem que vir aqui discutir essas coisas todas, agora chamaram-me aqui e eu posso dizer alguma coisa, o que posso dizer é que a Comissão Europeia pediu às escolas ou ao Doutor José Maria Preto que lhe indicassem cinco alunos ou que acompanhassem cinco alunos para fazer um filme, que eu entendo, que o cantinho de Mogadouro deve entrar,

porque isso é uma prerrogativa. Ora bem, agora o Doutor Tibério, queria também já agora dizer assim: quando vai para o estrangeiro tem as faltas justificadas, e eu nunca lhe perguntei aqui porque é que faltou às Assembleias, no entanto quando a primeira vez faltei aqui a uma Assembleia caiu o mundo e a trindade, eu acho muito bem que vá para o estrangeiro e acho muito bem que as pessoas cumpram as suas obrigações profissionais, porque são as profissionais, não é a Assembleia com certeza que nos vai..., a mim já estou reformado, mas no principio de uma carreira acho que interessa e que deve zelar pela sua..., agora o Município de Mogadouro foi convidado, se foi convidado toda a atitude que tem é dizer assim: sim Senhor, a proposta foi do Doutor José Maria Preto ou a transmissão da proposta, sim Senhor estamos de acordo em que essa jornada se faça porque dignifica o Município de Mogadouro com os seus alunos, seja o problema da escola, seja o problema da Assembleia, seja o problema da Câmara; entendo que não deve haver ofícios nenhuns, nem para a DREN, nem para aqui, nem para ali, a Câmara já aprovou uma situação, julgo eu que não pode justificar as faltas porque o Deputado não é um membro do Executivo, mas ao autorizar o projecto, eu creio que a falta está justificada, autorizou um projecto, vai em representação do Município, está a falta justificada (*ouviram-se vozes*). -----

-----1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “apesar do mal, o melhor sistema político que ainda temos, é a democracia, e aqui nesta Assembleia de vez em quando acontecem determinadas situações, e uma delas acontece que, é a minha opinião, acho que o meu camarada Ilídio Martins daria um bom Presidente da Assembleia, mas acontece que ele foi a votos, ele foi a votos, teve menos, perdeu, não está cá, a democracia funciona assim, nem sempre é correcta, mas é assim. -----

-----Outro assunto que eu quero trazer aqui, vou elogiar, neste caso um Presidente da Junta, e acho que devemos elogiar todos as pessoas que trabalham sem lhe dar a importância que se lhe devia dar, e eles pouco se preocupam com isso, sabem que principalmente para a Juventude e para toda a gente em geral, hoje em dia toda a gente navega, toda a gente entra, toda a gente está, toda a gente vai na NET, está tudo na NET, a NET é a quinta ciência agora, em Mogadouro existe um Espaço Internet muito bom, diga-se de passagem com placas na Vila onde dizem Internet para a direita ou para a esquerda, e eu queria informar esta Assembleia que no nosso Concelho não existe só um Espaço Internet, existe mais do que um, e existe um numa Freguesia que ainda não foi inaugurado até hoje, nunca foi inaugurado, começou logo a ser utilizado sem ser inaugurado, que por acaso tem mais computadores que o Espaço Internet da Vila, e ali navega-se e rasga-se para todo o lado, esse Espaço Internet é na Freguesia de Meirinhos, como sabem essas coisa muitas vezes não é preciso grandes

publicidades, mas eu digo-lhe e dou-lhe o meu muito obrigado, obrigado Presidente da Junta de Meirinhos, que lá para finais de Outubro com certeza irá ter o reconhecimento, visto que ganhou com vinte ou trinta votos, e nessa altura irá ganhar com o dobro ou o triplo. Era só o que eu queria dizer, acho que é bom para o Município, neste caso todos os Presidentes de Junta e os restantes membros desta Assembleia tomarem isso como exemplo, fazer as coisas pelo bem desinteressadamente”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “serei breve, porque já estou a ser chato, até para mim próprio, quanto mais para os outros. Dois assuntos muito breves e simples e directos, quero referir-me e aproveitando a oportunidade de estarem aqui jovens, meninas e meninos que um dia poderão ser Futebolistas do Clube Académico de Mogadouro, par que seja mais Nacional e menos Internacional, ou menos Brasileiro, mas a esse propósito queria lamentar que a Câmara Municipal tenha rejeitado a proposta de recomendação subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, e que foi aprovada por larga maioria, logicamente com o apoio do PSD, no sentido de reapreciar a solicitação, aliás ela foi reapreciada, mas não foi reapreciada no sentido que nós pretendíamos, que era na alteração do apoio concedido, de reapreciar a solicitação do reforço financeiro à actividade do Clube Académico, tendo de facto em consideração, e era isso que era dito na proposta, relevante actividade desenvolvida em prol do Desporto e da promoção da imagem externa do Concelho, porque acho que o Clube Académico apesar de ter muito jogadores que não são da terra promove o Concelho lá fora, aliás eu pegava nas palavras do Senhor vereador Fernando Bártolo, que está ali, quando ele diz na reunião de Câmara de 20 de Janeiro de 2009, o Senhor Presidente teria afirmado, e teria afirmado julgo que aqui na última Assembleia ordinária, e passo a citar «enquanto tiver o apoio da maioria não há reforço de verba para o Clube Académico de Mogadouro», pois Senhor Presidente sobre esta matéria, o Senhor Presidente, esta maioria, perdeu a maioria, eu pergunto: será isto sintoma de alguma coisa? Terá isto algo a ver com o seu próximo futuro político? Será que é o início da perda da maioria, desta maioria? Eu espero que sim. - -----Um outro assunto também breve que tem a ver com uma meia vitória que nós conseguimos logo no início deste mandato, que foi conseguir que nós recebêssemos as actas de reunião de Câmara, e digo que é meia vitória porque recebemos as actas de reunião de Câmara, mas algumas desfásadas no tempo, ou seja recebemos para esta Assembleia actas que deviam ser da Assembleia anterior, inclusive as relativas às contas, e que vai acontecer que vamos receber actas, que eram assunto desta Assembleia na Assembleia seguinte, eu agradeço o facto de a Câmara ter feito o esforço de nos disponibilizar as actas das sessões de Câmara, mas já agora que façam mais um bocadinho de esforço para que a promessa seja totalmente

cumprida e que a gente receba atempadamente todos os assuntos que são objecto da Assembleia que está em discussão”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “o que me traz aqui neste ponto tem a ver com algumas questões que queria colocar à Câmara Municipal, e isto porquê? Porque durante vários anos têm-se construído várias infra-estruturas dentro do Concelho e essas infra-estruturas sempre que se constroem com certeza que são para os Municípes passarem a tirar partido delas, tirarem alguns benefícios dessas infra-estruturas, e estou a referir-me concretamente à infra-estrutura que já foi instalada pelo menos em três ou quatro bairros, ou seja a canalização do gás para utilização dos Municípes. Segundo creio, ou salvo erro, há três anos foi lançado o concurso para adjudicação da distribuição do gás nos bairros, pelo menos de S. João, das Sortes, penso que também seria de S. Sebastião, e provavelmente também o do Carrasco, acontece que nessa altura foi adjudicado a uma determinada empresa o fornecimento desse gás, posteriormente penso que essa empresa que lhe foi adjudicado o gás acabou por desistir do concurso. Queria saber se daí para cá a Câmara Municipal ainda não equacionou a questão de voltar a pôr o concurso, remodelar as condições que tinha o caderno de encargos, e que uma das condições desse caderno era que o adjudicante pagasse uma verba à Câmara Municipal, e parece-me, pelo que sei, que foi com base nessa verba que a empresa adjudicante veio a desistir. Queria no fundo um esclarecimento, se a Câmara já pensou voltar a pôr isso a concurso, modificar as condições do caderno de encargos para a empresa que possa vir a adjudicar, e no fundo tirar partido da infra-estrutura que está construída e a não ser utilizada, está-se continuamente a deteriorar, e era bom de facto que Mogadouro e os seus Municípes pudessem usufruir dessa infra-estrutura. -----

-----Por outro lado também queria questionar, o assunto... para esclarecimento desta Assembleia e do público, o que é que se passa com a estrada de Santiago a Peredo, porque tanto estão lá máquinas a trabalhar como passa um mês ou dois já não têm máquinas a trabalhar. Há algum problema com essa obra? Ou é só uma questão do empreiteiro ter disponibilidade ou não”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ só muito rapidamente ao assunto que aqui já foi trazido pelo Deputado Luís Tibério e que ocupou grande parte do tempo na anterior reunião de dia 23 de Dezembro, julgo eu, em relação ao Académico, porque aqui disse citando o Vereador Bártolo, que o Senhor Presidente terá dito numa reunião, ainda em 2008, antes de o assunto ter vindo à Assembleia, e digo já que o facto de ter vindo à Assembleia não acrescentou nada de novo ao assunto do Académico, porque tudo ficou na mesma, voltou novamente a ser reprovado no Executivo, dando razão àqueles, que como eu defenderam que não veio fazer nada à Assembleia, se tem ido directamente ..., mas pronto fez-se

aqui a chicana política e o aproveitamento político por parte do PS na Assembleia, e ficaram todos satisfeitos com isso, mas à frente, ele disse aqui que terá dito o Senhor Presidente: «enquanto tiver apoio da maioria não há reforço das verbas para o Clube Académico de Mogadouro», obviamente que se referia à maioria no Executivo, como ficou provado nesta votação, agora quando voltou ao Executivo, voltou novamente a ter a maioria, mas poderia também ter pegado nas palavras de outro Vereador Antero Neto que disse também na mesma reunião: «que como não houve alteração das circunstâncias, pelo que mantém o seu sentido de voto tomado na reunião anterior sobre o assunto», de facto tem uma coluna vertebral, politicamente falando, exemplar, o senhor Vereador Antero Neto, porque manteve o seu sentido de voto; agora o que falta aqui esclarecer é quais foram as circunstâncias que se alteraram e que levou outro Vereador que há um mês, ou pouco mais de um mês antes tinha votado favoravelmente por unanimidade no Executivo, o não aumento das verbas, e passado pouco tempo votou contra, carece de explicação essa alteração do sentido de voto”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “ vou tentar ser breve, não prometo esclarecer porque acho que já duvido da minha capacidade de esclarecimento depois de vir aqui tanta gente para o mesmo assunto, e também não sei se serei capaz de acabar então com os ratos, e com os circuitos, mas é assim, ainda a propósito do intercâmbio, eu sou a favor do intercâmbio, acho muito bem que os nossos jovens vão, a Câmara achou por bem o Doutor José Maria abraçar, delegar nele esse projecto, ser o líder desse projecto, acho muito bem porque é uma pessoa que já está nos meandros dessas coisas, e está muito bem entregue, agora o que aqui veio foi exactamente, pelo que eu percebi, a dispensa do serviço dele. Ora bem quem é o rosto deste projecto? É a Câmara, penso eu, que delegou no Professor José Maria, quer dizer se correr bem é a Câmara, se correr mal é o Professor José Maria? Eu lembro-me que já recebi uma geminação com Ploumagoar, a minha gémea esteve aqui uns dias foi com muito boa impressão do Doutor José Maria e foi com queixas do Município, parece que não foram devidamente tratados pelo Município, acho que ainda não lho tinha dito, mas digo-lho agora aqui, não podem passar a responsabilidade para outra pessoa e depois se correrem bem, querer os louros, e os outros ficarem..., se o Doutor José Maria precisa de dispensa, e querem que vá será aos serviços do Doutor José Maria que têm que pedir a dispensa, lá está, ou à DREN, ou à escola, mas é a Câmara que tem que a pedir, o Director da escola não pode dispensar o Doutor José Maria sem ter lá um documento..., dispensa-me a mim para estar aqui na Assembleia porque fui eleita, pertença à Assembleia, e eles sabem, mas não sabem que a Câmara delegou no Doutor José Maria por escrito, eles têm que saber por escrito, que o Doutor José Maria, está incumbido dessa função e depois

dispensá-lo-ão ou não. Se o dispensarem, então pode ir, se não o dispensarem, a não ser que desobedeça ao serviço do qual ele é funcionário, não pode ir, é tão simples quanto isto, agora que o caso aqui não foi posto devidamente, não foi”. -----

► **LUÍS MOURO** usou da palavra e disse: “ o que me traz aqui, e acho que estamos a discutir os assuntos relevantes do Município, eu queria chamar a atenção à Câmara, na entrada da zona industrial, por sinal uma zona industrial a nível do distrito muito bem implantada, com muito boas estruturas em que a mim mesmo já me solicitaram pessoas do estrangeiro a instalaram-se na nossa localidade, e provavelmente vou ter reuniões para a semana com pessoas estrangeiras que pretendem instalar-se na nossa zona industrial, e queria chamar a atenção da Câmara para que visse a entrada da zona industrial, que não é muito digna, e se calhar passa despercebida, porque no acesso que tem pelo bairro temos a via pública ocupada com materiais de construção, dá a impressão que estão abandonados, partidos, do outro lado temos, não sei se aquilo é vacaria, há estrume na via pública e já não é a primeira vez que as pessoas chamam a atenção quando... *«é tão linda a nossa zona industrial e está tão limpa, diga-se de passagem, temos o cartão-de-visita logo à entrada»*, o que penso que devíamos ter em atenção, peço para terem esse reparo e é tudo que tenho a dizer”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “ estamos ainda no ponto dos assuntos relevantes para o Município, não vou falar ainda da geminação, mas estão todos convidados para abraçar a equipa que está a trabalhar, porque há uma equipa que suporta esse projecto e tem trabalhado, tem funcionado, e estão todos convidados, quando for esboçado o programa toda a gente há-de ser convidada a participar no mesmo, queria antes de entrar no assunto único que eu queria trazer aqui informar a Assembleia do seguinte: de que os alunos que aqui se encontram foram autorizados pelo Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas do Concelho de Mogadouro uma vez que eu fiz o convite aos alunos no âmbito da disciplina de Português, eles são meus alunos no sentido de virem participar numa reunião da Assembleia Municipal uma vez que se inscreve nos objectivos do programa de Língua Portuguesa e além disso também o exercício da cidadania, a formação nessa área, porque ainda por cima este ano vamos ter eleições, vocês vão ver que os políticos vão apelar à participação, ao exercício da cidadania, também não esqueçamos que ouvimos dizer que os jovens estão cada vez mais arredados da política, eu vou depois fazer a avaliação com eles daquilo que se passou aqui, vou dar continuidade ao trabalho, vou ver se de facto o bichinho da política no âmbito da primeira participação aqui na Assembleia Municipal se funcionou ou não. Eu solicitava agora ao Senhor Presidente da Mesa que interrompêssemos, se calhar aqui um pouco a sessão, um minuto, porque não sei se é vontade deles saírem neste momento, se pretendem sair mais

tarde, (*ouviram-se vozes*) fico satisfeito, afinal acho que valeu a pena trazê-los cá, aproveito para dizer que são todos jovens do Concelho de Mogadouro, das várias Freguesias do Concelho e portanto os Presidentes de Junta que se cuidem porque vão ter aí adversários à altura, ainda não é para já, mas daqui a uns anos. E já que estamos a falar em Presidente da Junta, eu hoje até estou a gostar aqui da bancada do PS que me está a dar um ânimo enorme, de vez em quando levo aqui umas pancadas, mas pronto, hoje estou a gostar e agradeço alguns elogios que me têm deixado aqui, mas queria também hoje, já que estamos em fase de elogios, dar os elogios a um Presidente de Junta da bancada do PSD, é ao Senhor Victor Coelho da Junta de Freguesia de São Martinho, e por esta razão, e era um pouco na continuidade daquilo que foi dito aqui pelo Deputado Municipal Altino Aleixo, é que ainda em Mogadouro não havia qualquer sala de Internet e já aquele Presidente de Junta, na Junta de Freguesia e numa das anexas instalava um posto de Internet “via Wireless”, que tem funcionado muitíssimo bem, e nesse sentido eu dou-lhe os parabéns. E aproveito também para reforçar esta ideia é que de facto nas últimas eleições autárquicas ganhou por um escasso número de votos, com o seu trabalho naquela Freguesia eu acredito que desta vez vá ganhar com uma maioria bem significativa, está de parabéns”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “ em primeiro lugar queria corroborar aqui a opinião do Deputado Altino dando os parabéns à Junta de Freguesia de Meirinhos pelas suas realizações no campo da Net. -----

-----Depois creio que foi o Deputado Tibério que se refere ao Futebol de Futsal, à sua recomendação, a Câmara tem os seus planos plurianuais de investimentos, tem os seus orçamentos, faz os seus planos de apoio também às Entidades Municipais, esses apoios são prévios, houve que dizer ao Clube Académico que dispõe este ano de tanto, para transportes, etc., e é dentro disso que eles têm que fazer os seus projectos, atingir os seus objectivos, não vamos agora aqui procurar objectivos megalómanos e depois a Câmara paga, não, isso não, cada um tem que sujeitar os seus objectivos, as suas realizações, e não discuto se são boas, se são más, mas há aquilo que está orçamentado e que está no Plano de Investimentos, portanto quando eu disse aqui que só com a maioria, pois com certeza que era a maioria da Câmara, e a Câmara teve cinco votos a favor e dois contra, só precisava de quatro, três, portanto nisto ficamos assentes, os nossos Planos são cumpridos, e são cumpridos porque nós neste momento temos as melhores contas do País, não é aqui do Distrito, é do País, nós temos a Fornecedores e Empreiteiros um débito de € 700 mil e a última factura é de Dezembro, portanto isto é preciso contenção, é preciso se o PSD perder a Câmara agora nas próximas, deixarmos ao PS umas contas em ordem para poderem fazer realizações. -----

-----Ao Deputado Moreno relativamente às infra-estruturas e aos seus benefícios, vai-lhe ser já explicado tintim por tintim, com empresas e concursos e tudo, e a estrada de Santiago, creio que o Vereador Pimentel depois também lhe vai dizer, creio que é uma questão de esperar pelo bom tempo para deitar o tapete e entretanto lá vão fazendo as valetas demoradamente porque se acabassem antes também não podiam deitar o tapete, creio que é isto. -----

-----Deputada Antónia, acho que tem razão, essas coisas deviam ser mais bem arquitectadas. -----

-----Quanto ao Senhor Deputado Luís Mouro, nós vamos fazer agora um acesso de além de Vale da Madre, larguíssimo que vai resolver muitos desses problemas que se põe no bairro, eu tinha pensado em tempos, relativamente a essa rua pedir a colaboração do Senhor Nuno Calisto para nos ceder dois metros naquela faixa e tirar o estacionamento da direita e pôr na esquerda, isso permitia o trânsito, não se mostrou muito disponível para isso, de maneira que ficamos a aguardar a feitura lá por baixo. Quanto à limpeza, vamos fazer uma limpeza como deve ser”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “ em relação à questão do gás canalizado, ainda bem que coloca essa questão porque permite esclarecer todas as pessoas aqui presentes, devo dizer que fomos das primeiras Câmaras, ou talvez a primeira, a fazer um concurso público para atribuirmos as redes existentes, concessioná-las a uma empresa para as explorar. Simplesmente apresentámos um caderno de encargos que depois veio a ser rejeitado, digamos depois da análise, porque solicitámos e depois da discussão com algumas empresas, solicitávamos um montante de € 500 mil como contrapartida das redes, que tinha a ver mais ou menos com as despesas que a Câmara tinha feito com a execução dessas redes. Fizemos isso, a empresa desistiu e depois andámos a auscultar por outras Câmaras qual seria a maneira mais correcta de concessionarmos as redes de gás, porque em todo o lado há gás a funcionar, mas ninguém faz procedimentos administrativos, e a nós parece-nos que isso tem que ser feito correctamente e legalmente; de maneira que se virem aí nas actividades dos Vereadores, nomeadamente na minha, está aí uma reunião com o Doutor Marcelo que é um Ex-Inspector do IGAT, que é hoje Director de Departamento da Câmara de Chaves, onde me desloquei, para que ele próprio nos informasse qual era a maneira correcta para podermos concessionar e adjudicar a concessão das redes de gás, bom ele diz..., ficou inclusivamente de me enviar um caderno de encargos específico para a concessão da rede de gás, e é nisso que estamos a trabalhar para concessionar as redes existentes, de qualquer das maneiras avançámos com o ajuste directo para a concessão de exploração de gás para a zona envolvente do Mercado Municipal, que já neste momento tem gás, que é para abastecer a Biblioteca e a Casa de Arte e Ofícios, portanto isso

avançou através de ajuste directo e já está a funcionar porque temos necessidade de pôr os equipamentos em teste. Isto sobre o gás. -----
-----Sobre a estrada de Santiago - Peredo não há problemas nenhuns, o que acontece é que andam por um lado nalguns ramais, ou seja, andaram em Ventoselo, agora vão para Paçó e foram para Tó, preparar digamos também, uma vez que é a mesma empresa que tem as estradas, a de Peredo só falta junto ao cruzamento de Paçó que é uma zona muito alagadiça e como tem chovido muito, para não causar problemas às pessoas que circulam na estrada resolvemos adiar alguns dias até vir melhor tempo para mexer nessa zona, entretanto a empresa deslocou-se para a estrada de Urrós, que concluiu a sua preparação já para o tapete e creio que neste momento já se encontra novamente em obra a estrada de Santiago a Peredo.
-----Em relação aos acessos a bairros quero dizer-lhe que está adjudicada já o acesso através da estrada 219 à Zona Industrial, um acesso de dez metros de largura, que vai permitir eliminar aquele mau acesso que pese embora o alargamento que Executivos anteriores fizeram, não foi um alargamento correcto na medida em que não permite passagem a grandes camiões desde que estejam estacionados carros. Há um comerciante que já foi alertado várias vezes para retirar paletes de azulejos e plásticos que tem cá fora, já os chegou para trás, mas grande parte daquele entulho está no terreno dele, eu não sei se a Câmara o pode obrigar a tirar do terreno dele”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “vamos entrar no período da ordem do dia: -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço perguntou se alguém desejava intervir. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “creio que leram a informação escrita acerca da actividade do Presidente da Câmara e dos outros elementos da Câmara, e quanto à situação financeira do Município queria dizer que no dia 9 de Fevereiro tínhamos dívidas a Fornecedores no valor € 634.609,71 e a Empreiteiros de € 844.621,90, isto soma um total de € 1.479.231,61, isto quer dizer que neste momento, e neste momento é desde há dois dias, a Câmara deve apenas € 700 mil, e estão pagas todas as dívidas para trás de Dezembro, falta pagar alguns autos de Dezembro, Janeiro e Fevereiro. Esta é a nossa situação económica”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “sobre este ponto alguém quer fazer alguma intervenção? Tudo explicado. Vamos passar ao ponto 2.2.-----

-----2.2 *Análise e deliberação sobre “ Eleição de 5 Membros da*

Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal - Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM); -----

-----Em jeito de também algum humor, se me é permitido também na mesa, aqui também funcionou agora a democracia, foi apresentada uma proposta conjunta dos dois partidos que passo a ler: Proposta «Os Grupos Parlamentares do PSD e do PS, na Assembleia Municipal, vêm por este meio propor para integrar a Assembleia Intermunicipal os seguintes nomes: Ilídio Granjo Vaz, Aníbal José Moreno, José Maria Preto, Manuel Luís Tibério e Manuel Alfredo Preto», assinada, como se trata e faz referência a nomes, vamos ter que proceder à votação por voto secreto”.

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ também com algum sentido de humor, eu só tive conhecimento da lista completa hoje, embora o meu colega e líder de bancada já me tivesse falado na possibilidade de integrar a proposta da Assembleia para integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, e eu na altura disse-lhe que não me importava, nem de integrar, nem de não integrar, era-me totalmente indiferente, embora goste sempre de participar naquilo que é a vida do Município, mas a partir do momento em que conheço a totalidade da Proposta, a sua constituição, eu se me for permitido e se alguma das três Senhoras que fazem parte da nossa bancada, se a quiser integrar, eu posso ceder o meu lugar, porque é uma proposta demasiado masculina, acho que devia haver elementos femininos nessa lista, se alguém quiser e se isso for possível, faz favor, estejam à-vontade, porque acho que as mulheres não têm o direito..., têm tanto direito como os homens”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente só duas notas muito breves que me foram suscitadas pela leitura do Decreto-Lei que constitui as Comunidades Intermunicipais, uma pequena nota a anteceder isto que é sobre a informação que foi fornecida pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, refere uma certidão da reunião da Câmara Municipal, datada de 3 de Fevereiro, a que é atribuído o número um, a partir do princípio que a Câmara Municipal reuniu no mês de Janeiro, no mês de Fevereiro devia ser pelo menos a 2, a 3 ou a 4; é só para dizer ao Senhor Presidente da Assembleia que eu leio atentamente os documentos que me chegam, passando concretamente à análise do Decreto-Lei que constitui as Comunidades Intermunicipais, eu já tive ocasião de falar com alguém aqui presente sobre este assunto, e exprimi a minha opinião que isto não tem interesse nenhum, salvo o devido respeito pelas pessoas indicadas para integrar, não tem nada a ver com isso, uma questão de filosofia do documento que está aqui na minha frente, e vou dizer muito sucintamente uma das razões, a duração do mandato que hoje, penso eu, irão ser eleitos, a duração do mandato deles está às portas da morte, estou-me a referir ao mandato deles como membros desta Assembleia Municipal; quando é que haverá eleições? Em Junho, Dezembro, não sei bem? Outubro, pronto,

acontece que a Assembleia Intermunicipal reúne três vezes por ano, significa que não chegareis a aquecer o lugar, a não ser que ficareis cá para pró ano (*ouviram-se vozes*), é o que eu desejo para os meus camaradas de bancada, para os outros não faço esse voto, portanto é de lamentar, enfim, não é culpa nossa, não é culpa do Senhor Presidente da Assembleia, não é culpa da Câmara que fez esta proposta, é culpa de facto da Lei que tendo em conta a sobreposição, ou melhor o desfasamento de (?) eleitorais vem eleger alguém para ir a uma sessão ou duas, porque metem-se as férias, mete-se a Páscoa, metem-se as eleições, porque ninguém estará para ..., é um bocado inócuo, tem pouco interesse, mas as maiores felicidades aos que forem eleitos, que representem bem a Comunidade Intermunicipal e que contribuam para o benefício do nosso Município”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “A minha intervenção neste ponto tem mais a ver com a intromissão que a Câmara Municipal fez em matéria que é da competência da Assembleia Municipal deliberando a dizer que submetia à Assembleia Municipal a eleição dos membros, esta eleição é competência exclusiva desta Assembleia Municipal e não da Câmara Municipal, portanto obrigado pela lembrança, mas de facto não podiam analisar o assunto, simplesmente lembrar à Assembleia Municipal que devia deliberar sobre este assunto. É só esta chamada de atenção”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “pedia à Senhora Secretária da Assembleia Municipal que providencia-se a eleição por voto secreto. Queria referir que, não é imposição da mesa, é da Lei e está cá escrito, apenas podem votar os Deputados Municipais, portanto os Senhores Presidentes de Junta, por força da Lei não podem votar, se quiserem ausentar-se cinco minutos”. -----

-----Procedeu-se de seguida à chamada para a eleição por voto secreto. ---

-----Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Carlos Alberto Telo Figueira, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Elisiário Emílio Cancela, Carlos Alberto Azevedo, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ queria anunciar-vos o resultado da votação sobre o documento em apreço. Dois (2) votos brancos e dezanove (19) sim, o que totaliza vinte e uma presenças (21), número total de votantes. -----

-----Vamos entrar no ponto 2.3.-----

-----**2.3 Análise e deliberação sobre “ Atribuição da Chave do Município”**. -----

-----Dou a palavra à Câmara para explicar os motivos desta atribuição. O Senhor Presidente delega no Senhor Vereador. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “quando se chega a lugares como são os nossos, quer de Vereador, quer de Presidente, ao longo dos tempos vamos convivendo e contactando com pessoas, umas mais abertas, outras mais fechadas, outras que nos dedicam maior atenção, outras menor atenção, a pessoa que é mencionada aqui nesta proposta que eu fiz ao Executivo, e que como podem ver foi aprovada por unanimidade, tem a ver com um responsável dum organismo que esteve relacionado e a dirigir um subprograma do Quadro Comunitário 3, no Campo Territorial da Região Centro, ora vocês sabem nós pertencemos neste espaço à Região Norte, mas..., e ainda bem porque os Executivos de Mogadouro, creio que na altura foi o que nos antecedeu aderiu à AIBT do Côa, nós ao longo destes quase oito anos conseguimos, naturalmente através da ajuda das pessoas que lideraram este subprograma, um financiamento que, se não me enganei nas contas, atingiu o valor de € 5.753.320,76, isto de uma região que não é aquela em que nós estamos inseridos, na Região Centro. Esta pessoa; Doutor Joaquim Felício foi aquele com quem mais lidei nestes assuntos ao longo destes anos e portanto foi sempre uma porta aberta para Mogadouro, e quero recordar aqui, com alguma tristeza até minha, que quando um Secretário de Estado nos visitou e esteve presente numa inauguração em Mogadouro, portanto um Secretário que esteve cá, quando chegou a Presidente da CCDR do Centro e viu que Mogadouro ia buscar verbas à Região Centro, diz assim: mas como é possível Mogadouro vir comer à Região Centro? Mas a verdade é que fomos buscar, e fomos buscar importâncias significativas que em muito contribuíram para a execução dessas obras que começou com a zona da Fonte Nova, mais conhecida, que foram 250 mil contos na altura, ou à volta disso, Central de Camionagem de Mogadouro, a entrada de Urrós, zona envolvente do Mercado Municipal, todo aquele jardim entre a Biblioteca e a casa das artes no valor de € 2.048.892,00 e ainda actualmente, já depois do Quadro Comunitário 3 fechar, ainda nos abriu a porta no (?) isto é naquelas verbas sobrantes dos outros Municípios para a recuperação da Escola Primária de Urrós e da zona envolvente, num total de € 287.128,99, portanto foi uma pessoa extremamente importante e diligente com Mogadouro, e eu acho que Mogadouro deve honrar aqueles que nos acompanham nestes momentos, que são momentos importantes para nós, porque se trata de concretizar obras que de outra maneira teria sido completamente impossível de concretizar. Por isso eu peço em meu nome pessoal e da Câmara que votem esta proposta porque foi uma pessoa, e creio que poderá continuar a ser porque o Vale do Côa continua e nós continuamos a ser membros da Associação do Vale do Côa”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente sobre a

proposta, proposta de louvor, parece que á assim que se chama, não sei se tem algumas regras próprias, tem que ser proposta por quem para ser votada aqui, ou aparece assim do ar. Qual é a formalidade que o regulamento exige para esta coisa, é ver só se estamos a cumprir, não tenho nada contra a pessoa, que não a conheço de lado nenhum, mas a dar crédito às palavras do Senhor Vereador Pimentel não há nada a opor e portanto é uma pessoa que se justifica que tenhamos para com ela algum gesto de gratidão, só gostava que as coisas se processassem de acordo com o que está nos regulamentos para serem feitas com o devido respeito, era só esta a sugestão que eu queria fazer”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “eu sugeria, dado que o AIBT do Côa apanhou na Presidência da Câmara dois Presidentes, no caso o actual Presidente e também o Doutor Francisco, li e ouvi a intervenção do Vereador dizendo que foi muito prestável o Doutor Felício, também gostaria que ficasse registada a opinião do Doutor Francisco, que com certeza trabalhou com o Doutor Felício, na altura em que era Presidente da Câmara, já que quer a Fonte Nova, quer o Parque de Campismo, na altura foi proposto em reuniões pelo Doutor Francisco e sabe perfeitamente como é que foi tratado e se de facto merece este Voto de Louvor, eu acredito de facto, na intervenção que fez o Vereador Pimentel, de toda a prestação que teve o Doutor Felício, mas também gostaria que ficasse registada da parte do Ex-Presidente da Câmara Doutor Francisco, com certeza que com ele trabalhou na aprovação desses projectos”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “se o Senhor Presidente da Câmara não se importar que o Senhor Vereador..., há um pedido de um membro da Assembleia, está também contemplado no regimento, se entender damos-lhe uns breves minutos. Senhor Vereador tenha a bondade”. -----

► **FRANCISCO PIRES** usou da palavra e disse: “de facto o processo da AIBT do Côa, iniciou-se ainda quando eu era Presidente da Câmara e nós éramos Executivo Municipal, anteriormente Mogadouro em programas comunitários anteriores tinha sido expurgado ou retirado de um programa, que na altura se chamava o Pro-Douro, no qual perdemos muito dinheiro, não houve de facto possibilidade de Mogadouro ser integrado nesse programa, incluía as chamadas áreas da região demarcada do Douro, produtores de vinho do Porto, e como tal Mogadouro ficava numa situação algo complicada, não estando integrado nesse projecto, teria que ser integrado noutro programa, compensador, ou compensatório, digamos para as ambições e para os projectos de Mogadouro, e foi nesse âmbito que estando Mogadouro na Associação do Douro Superior acabou por conjuntamente com os outros Municípios, Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta e Vila Nova de Foz Côa, integrar a AIBT do Côa, a área do Côa, tanto mais que a grande razão e o grande argumento é que tinha sido criado o Parque

Natural do Douro Internacional que ficando ligado ao Parque do Côa, digamos, estaria dentro de um âmbito dos chamados Parques Naturais Nacionais e portanto teria cabimento a sua integração na AIBT, assim foi de facto Mogadouro integrado na AIBT do Côa, houve na altura uma série de projectos que foram candidatados, e que tiveram cabimento nessa AIBT, o processo continuou-se depois com a actual Câmara Municipal; em relação à pessoa em causa, ao Doutor Felício, tive oportunidade de trabalhar com ele, não cheguei a aprofundar as relações com a pessoa, nós votámos, como viram, favoravelmente, porque eu acho, de facto que, estando nós na AIBT do Côa cujos dinheiros dependem da CCDR Centro, da região do centro é preciso ter alguma coragem e alguma boa vontade como o responsável por essa Associação, para que os nossos projectos fossem aprovados, por isso penso que é justificável e tem todo o mérito que de facto esse louvor lhe seja dado”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “o Senhor Deputado Ilídio Martins questionou aqui sobre a legalidade ou não da atribuição da chave, temos aqui o regulamento de Condecorações Municipais, se quiser ler, diz assim: «o Município de Mogadouro institui as seguintes condecorações: Medalha de honra e chave do Município». O que nós temos aqui é uma proposta da Câmara para a Assembleia Municipal aprovar. «A concessão da Medalha de honra e chave do Município é atribuída por deliberação da Assembleia Municipal, aprovada por maioria absoluta dos seus membros em efectividade, sob a proposta da Câmara Municipal», que foi o que fez. Vamos pôr à votação a atribuição da chave do Município. Quem vota contra faz favor de se levantar. Quem se abstém faz favor de se levantar. Aprovada por unanimidade. -----

-----Vamos entrar no ponto 2.4. -----

-----**2.4 Análise e deliberação sobre “ Actualização de Taxas, Tarifas e Licenças para o Ano de 2009. Informação da Divisão de Infra-estruturas e Equipamentos”;** -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou da palavra e disse: “o assunto é porque o próprio regulamento das taxas diz que, e aponta que há uma actualização anual dos seus valores com o índice da inflação definida, aquilo que a Câmara Municipal decidiu por unanimidade, é manter, não alterar, não aumentar, nem o valor da inflação, já que os momentos que atravessamos em termos internacionais e nacionais não são os melhores, nesse sentido a proposta é de não haver este ano nenhum aumento de nenhuma das taxas e licenças que estão no nosso regulamento”. -----

► **ALBINO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “ relativamente a este assunto, e porque de facto já o Senhor Vice-Presidente falou da crise que afecta toda a gente, parece-me a mim que é muito pouco aquilo que a

Câmara pretende, manter, vários Municípios têm feito, é reduções, porque isto até agora tinha sido..., digamos, as famílias, as empresas estavam numa situação mais ou menos equilibrada e neste momento estão com grandes problemas, nós temos um Concelho com mais ou menos 30% de população com reformas, e € 5, € 4, € 2, é uma migalha que lhe faz falta. A sugestão que eu aqui deixaria à Câmara, uma vez que me parece que é muito pouco o manter as taxas e as tarifas, era preferencialmente de as baixar, acho que seria o mínimo que..., até porque muitos Municípios, para além desta atitude de baixar, lembro-me, toda a gente ouve as notícias, tem inclusivamente criado gabinetes de crise. Penso que é muito pouco o manter, acho que deviam efectivamente baixar”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “o ponto foi devidamente explicitado pela Câmara, houve o período de intervenções, (*ouviram-se vozes*) perguntei à Câmara se queria responder, (*ouviram-se vozes novamente*) e eu a única coisa que me limitei foi registar com agrado a intervenção, não posso fazer mais nada. -----

-----Quem vota contra, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Quem se abstém, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Quem vota a favor, faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Relativamente a este ponto o resultado da votação é o seguinte: votos contra, um (1), abstenções seis (6), a favor quarenta e um (41), num total de quarenta e oito (48). -----

-----Vamos passar ao ponto 2.5.-----

-----**2.5 Análise e deliberação sobre “ Extinção da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, e a Partilha do Património, nos Termos do art.º 39.º Da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto”;** -----

-----Relativamente a este ponto, eu queria pedir desculpa pelo facto de só agora, e hoje, ter entregado a certidão que me foi enviada anteontem da Câmara, presumo que tivessem tido o tempo suficiente para a ler, entretanto eu vou dar a palavra à Câmara para prestar toda a informação sobre este ponto e depois abriremos o período de debate, se assim o entenderem”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “Senhores Deputados sobre este assunto pouco há que dizer, a CãmUrb foi implementada, aliás numa agitação extraordinária, num impulso muito grande, fizeram-se reuniões, resolveu-se formar a comunidade, mas praticamente nunca funcionou esta Associação, agora com a criação das Comunidades Intermunicipais, isto não tem razão de ser, só está ali..., já não tinha antes muita razão de ser, de maneira que é preciso, de facto, extingui-la, até porque temos a receber cerca de € 6 mil, que estavam lá e que vão ser transferidos para o CIM, a Câmara vai receber, e depois em face daquilo que se decidir no CIM, lá pagará ..., de maneira que no final de

contas é isto, não há assim nada de especial, isto foi uma Associação que nasceu torta, como já disse nasceu de impulsos, nunca se entenderam ali, era para ser..., a sede da Associação era em Bragança ou em Chaves, houve uma complicação muito grande e então decidiram que a sede devia ser por ordem alfabética, assim começou, começou por Alfândega da Fé e acabou, não chegou a Mogadouro”.

► **ANÍBAL MORENO** no uso da palavra disse: “a questão que nos é colocada aqui pela Câmara Municipal em que pretende extinguir a Comunidade Urbana de Trás-os-Montes e a correspondente partilha do património, segundo o meu entendimento não é competência desta Assembleia Municipal, extinguir aquilo que não criou, não foi a Câmara Municipal, nem a Assembleia Municipal que criou a Comunidade Urbana, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aderiram à Comunidade Urbana, portanto não tem competência para extinguir aquilo que não criou, quem tem competência para extinguir a Comunidade será a Assembleia Intermunicipal da própria Comunidade em que estarão representados todos os Municípios aderentes, e nesse sentido é quase caso para dizer, ou para solicitar ao Presidente da Assembleia para retirar, de facto este ponto, porque nós não podemos votar aquilo que não criámos, não podemos extinguir aquilo que não criámos, a própria Lei no seu artigo 39 diz a quem compete a partilha do património ou seja à Comissão Liquidatária nomeada para esse efeito, e portanto não é nem a Câmara Municipal, nem a Assembleia Municipal que pode extinguir uma Comunidade que foi criada, em que nós apenas participamos como aderentes, ao extingui-la estávamos a obrigar todos os outros Municípios, todos os outros aderentes a aderir à nossa deliberação, portanto não temos de facto poder para extinguir aquilo que não criámos, mas sim só aderimos, e por isso a Câmara Municipal que repense a proposta, eu era da opinião, que de facto, retirassem a proposta conforme ela está, agora o que podiam propor é que a Assembleia Municipal concorda a saída dessa Comunidade Urbana e aceita o património. Agora nós não podemos deliberar a extinção daquilo que não criámos”.

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “a leitura atenta da certidão que nos foi presente já no decorrer desta reunião sobre este ponto da ordem de trabalhos, eu dispense-me aqui de a ler, mas dirijo-me ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores mais em contacto com a questão, suponho que se trata..., o assunto chegou ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, conforme aqui é dito, «considerando que a Comunidade Urbana de Trás-os-Montes não instalou os seus órgãos... foi intentada providência cautelar pelo Magistrado do Ministério Público junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela», eu aqui fico a saber que foi intentada, agora eu queria saber se já há alguma sentença declaratória sobre esta questão, porque enfim, porque corroborando um

bocado as palavras que aqui disse o Moreno, se há uma decisão do Tribunal a extinção está..., o Tribunal decidiu não somos nós que vamos decidir o contrário, por outro lado também não me parece muito curial que..., enfim, devo esclarecer que nós estamos a decretar a morte de quem já morreu de morte macaca, mas o que é certo é que o que nos está aqui a ser pedido é que a gente diga que concorda com a morte, e concorda com a herança deixada com a repartição dos bens deixados pelo defunto. Ora nós podemos concordar que somos uma parte dos Municípios que formavam a Comunidade, de maneira que nós podemos dizer assim: nós queremos que nos dêem € 26.843,81, suponho que são euros porque a certidão não diz se são euros, se são milhões de euros, não diz, parte-se do princípio que são euros, nós queremos ficar com isto, mas não sabemos se os outros concordam com esta repartição, de maneira que é um bocado estar a chover no molhado, estarmos aqui a decidir uma questão, se já está decidida pelo Tribunal, se não está decidida por o Tribunal há que esperar, sem o Tribunal não podemos ser nós administrativamente a decidir de maneira diversa”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “a Câmara pretende extinguir porque toda a comunidade pretende que se extinga, houve uma reunião, em que disseram sim Senhor isto é para extinguir, isto não está aqui a fazer nada, e a Câmara de Mogadouro dizia assim: agora não extingo, não, a Câmara de Mogadouro também concorda com a extinção, porque aquilo é um aborto que ali está e portanto não alinhamos nessas situações, mais nada, é só isso, agora nós não temos, não criámos nada, mas aderimos, todos aderimos; e agora continuamos a aderir? Ou suspendemos essa adesão? É a pergunta que se põe, aceitamos a saída e também aceitamos o património, é evidente, se nós pagámos..., quanto ao problema que pôs o Deputado Ilídio, o que houve com o Tribunal não foi uma providência cautelar relativamente à ComUrb em si, o que houve foi uma providência cautelar em relação aos representantes eleitos pelas diversas Assembleias para a ComUrb, então o Partido Comunista não concordou com essa distribuição e pôs uma providência cautelar, e foi por isso que a Comunidade ainda não pôde ser extinta, agora a providência cautelar acabou, e isto é para extinguir. A Assembleia só tem, ou que dizer sim, ou que dizer não, ou não dizer nada, é conforme, agora eu quero saber em que posição nós ficámos, todos extinguem, e isto veio aqui porque tem que vir aqui já imediatamente porque senão é preciso fazer uma Assembleia Extraordinária, é preciso isto, é preciso aquilo”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “penso que o Senhor Presidente da Câmara não leu, com o devido respeito, não leu com atenção o que aqui está escrito, Senhor Presidente aqui a questão posta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela não tem nada a ver com representantes, tem a ver com o que aqui está escrito, «considerando que a

Comunidade Urbana de Trás-os-Montes não instalou os seus órgãos, sendo gerida, até à presente data, pela Comissão Instaladora» e aprovado o regulamento nunca mais fez eleições, foi intentada providência cautelar, não se trata de representantes, a providência cautelar tem a ver com o não funcionamento da Assembleia, porque suponho eu, que a Lei Administrativa também o considerará, mas há ali naquela bancada Juristas que o poderão dizer, eu penso que por inactividade se extinguem as Associações, como ela nem sequer chegou a ser instalada, como ela nunca funcionou, morreu de morte macaca. Não sei o que estamos aqui a fazer, mesmo que os outros Municípios concordem em extingui-la, fazem muito bem, o que eu digo é que essa é uma decisão que não serve para nada, não serve para praticamente nada, concordo com que recebamos os € 26 mil, concordo com tudo isso, concordo que votemos porque os outros também votaram, mas se calhar os outros estão a cometer um erro e não sei se nós não vamos atrás deles”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** no uso da palavra disse: “a ComUrb não instalou, precisamente, porque não conseguiu das Assembleias os representantes, de maneira que não podia instalar, de maneira que o que obstou, de facto ao caminho da ComUrb para além daquilo (?), foi a providência cautelar que o Partido interpôs no sentido da nomeação dos representantes, em representação para instalar seja o que for é preciso que os membros existam, e o que estava na providência cautelar era a discussão dos respectivos membros e o Tribunal por fim dispôs dessa maneira, mas o que presidiu foi sem dúvida a instalação dos...”. -----

► **ANÍBAL MORENO** no uso da palavra disse: “Senhor Presidente da Câmara a questão que eu coloco é uma questão de legalidade só, eu concordo perfeitamente que se saia de uma Comunidade que praticamente ela não existe, mas o problema é que nós estamos a extinguir e nós não temos..., a proposta conforme ela está feita nós não a podemos votar favorável, uma coisa que nós não criámos não a podemos extinguir; e eu vou ler-lhe uma parte do artigo 39 que cria agora estas Comunidades, não as anteriores, em que diz «Liquidação: deliberada a liquidação de qualquer entidade criada ao abrigo da Leis 10/2003 e 11/2003, de 13 de Maio, esta mantém a sua personalidade jurídica para efeitos de liquidação e até à aprovação final das contas apresentadas pelos liquidatários. A Assembleia da entidade a que se refere o número anterior delibera a nomeação dos liquidatários.» A Assembleia chegou a reunir? Chegou a nomear liquidatários? Não é cada um por si que pode deliberar que extingue a Comunidade, agora faça a Câmara proposta a esta Assembleia no sentido de dizer que sai dessa Comunidade, que abandona essa Comunidade, agora extinguir não. Que abandona e que aceita o retorno do património, esta Assembleia tem que deliberar por proposta da Câmara a saída de uma Comunidade, que em face da Lei, a própria Lei

quase que as extinguiu, agora não é a Assembleia Municipal de Mogadouro que vai extingui-la, agora nós podemos é deliberar que saímos dessa Comunidade”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “eu pergunto à Assembleia, se vamos, ou não, propor à votação este ponto da forma como está. Ou votam a favor, ou votam contra. Relativamente ao ponto que está agendado e da forma como está agendado eu proponho à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. E o resultado da votação é o seguinte: votos contra sete (7), abstenções onze (11) e trinta (30) votos a favor. -----

-----Está a fazer-me sinal o Senhor Presidente da Junta de São Martinho, quer naturalmente fazer uma declaração de voto”. -----

► **VICTOR COELHO** usou da palavra e disse: “a minha abstenção quero explicá-la aqui, não tem a ver propriamente com o que tem vindo a ser discutido aqui, mas pelo que eu reparei no ponto 2.2, sobre os membros a integrarem a Assembleia Intermunicipal, é muito simples, como nessa votação não pudemos intervir, diz que é Lei, mas nós também temos todo o direito de nos manifestar sobre a própria Lei, uma vez que eu não fui tido, nem achado, para votar num assunto similar, trata-se de uma Comunidade Intermunicipal, esta não é o mesmo nome, mas é uma Comunidade Urbana, que tem o mesmo sentido, entendo que aqui também não querem saber da minha opinião”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “como expliquei é da Lei, e a Lei temos que executar, para não haver dúvidas ainda consultámos a Associação de Municípios. Eu acho que é um direito, este é que é um direito à resignação”. -----

► **ANÍBAL MORENO** no uso da palavra disse: “Senhor Presidente o nosso voto contra teve a ver com aquilo que afirmei inicialmente, para salvaguardar a legalidade da deliberação, por isso votámos contra, não estamos contra que se saia dessa Comunidade, mas não podemos votar favoravelmente uma coisa para extinguir, que não criámos, e da parte também daqueles que se abstiveram desta bancada vai no mesmo sentido”. -----

-----**2.5 Outros Assuntos.** -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “antes de mais eu queria felicitar o Senhor Presidente da Junta de São Martinho do Peso, na sua qualidade de Deputado Municipal pelas declarações firmes que aqui acabou de fazer, se bem se recorda Senhor Deputado Victor Coelho a bancada parlamentar deste lado aquando duma eleição para um representante das Juntas de Freguesia resolveu abster-se na votação, e até defendeu que a votação não devia ser feita naqueles termos, porque era um assunto que só dizia respeito aos Presidentes da Junta, foi aqui argumentado que havia

determinações nesse sentido, ou era costume, ou havia normas emanadas da Associação Nacional de Municípios sobre esse tema, e foi votado o assunto; a própria Lei que há bocado acabámos de discutir sobre a formação das Assembleias das Comunidades Intermunicipais também excluiu da votação, retirou, capacidade eleitoral, quer activa, quer passiva, aos Senhores Presidentes de Junta, achou que era um assunto que não era dos Presidentes de Junta, e nós grupo parlamentar do PS noutras Assembleias, achámos que havia assuntos que eram só da competência dos Presidentes de Junta, portanto penso e agradeço a sua posição, porque me suscitou esta intervenção, penso que está dentro da razão, como nós estávamos quando discutimos que embora havendo nesta Assembleia membros eleitos directamente e outros que o são, dada a sua posição de Presidentes das Juntas de Freguesia, há-de haver algumas votações em que terá de haver separação, embora estejamos aqui congregados na mesma sala, queria aqui deixar a minha (?) com a sua posição. -----

-----Queria também deixar ao Senhor Presidente da Assembleia, sem rancor, uma sugestão para que lesse com atenção o regimento, mormente os artigos 19, 32 e 45, em poucas palavras referem-se à possibilidade de intervenção de cada Deputado Municipal, mormente quando há interpelações, esclarecimentos, declarações, recursos, protestos e outros poderes conferidos pelo regimento. É evidente que não se exige que seja tudo cumprido à risca, ninguém protestou hoje por se ter excedido largamente, em mais de 50% o período de antes da ordem do dia, compreendeu-se a situação, ninguém reagiu, ninguém está aqui com a faca e cutelo para lhe partir a cabeça Senhor Presidente, nós estamos aqui todos para colaborar no bom andamento dos trabalhos, e se houver respeito pelo regimento haverá interpretações mais correctas e haverá melhor relacionamento e desenvolvimento da sessão. -----

-----Queria também notar o facto de hoje o Senhor Presidente da Câmara ter passado a palavra aos Senhores Vereadores para dar esclarecimentos em matérias que lhe diriam mais respeito, e lamento que não o tenha feito para com o seu antecessor e actual Vereador Francisco Pires aquando da discussão da história de ratos, oh Senhor Presidente essa história de dizer fugiram como ratos, ou calaram-se como ratos, não tem qualquer sentido, não é para ofender ninguém, é uma expressão popular que nós aqui usamos, olhe eu recorde-me que a primeira vez que veio cá o Senhor Doutor Mário Soares num comício ali nas escadarias do Palácio da Justiça ele também falou de não sei quem que fugiu como ratos nos momento de crise, e alguém que estava na plateia, ficou ofendidíssimo, «*está-nos a chamar ratos*» oh Senhor Presidente é evidente que não está a chamar ratos, nem elefante, não está a chamar coisa nenhuma, está a usar uma expressão, o que eu lamento é que naquele momento não tenha passado a palavra ao Senhor Vereador Pires. -----

-----Por fim, eu queria fazer aqui uma declaração, toda a gente sabe que eu sou há longos anos amigo do Fernando Bártolo, mas o que é certo é que a amizade não me faz entupir o raciocínio, e portanto eu queria lamentar os comentários aqui feitos sobre a intervenção, eu reporto-me ao que está escrito nas actas, sobre a intervenção feita numa reunião do Executivo pelo Senhor Vereador Antero Neto e pelo Senhor Vereador Fernando Bártolo, e vou dizer porque é que os ponho no mesmo saco neste caso, entendamos, eu entendo que os Senhores Vereadores são perfeitamente capazes de tomar as posições que entenderem conforme os elementos que têm, só não mudam de opinião os burros, se os Senhores Vereadores Bártolo e Antero Neto entenderam naquele momento tomar a posição inversa isso não pode ser assacado à conta de chicana política, de falta de pudor, de falta de honestidade, pelo contrário, é um exercício cívico altamente respeitável, é de respeitar tanto mais que as declarações feita dizem as razões, disse o Senhor Deputado Antero Neto «não houve alteração das circunstâncias, mantenho o meu sentido de voto», o Senhor Vereador Bártolo disse «respeito a posição maioritária tomada na Assembleia Municipal» e eu estou à-vontade porque fui o único que votei contra nessa Assembleia Municipal, mas uma vez tomada a decisão, ela deixa de ser minha e dos Senhores todos, é da Assembleia, não é de nenhum grupo parlamentar, não é de ninguém, ninguém a mete no bolso, é de todos, e esta Assembleia recomendou ao Executivo, e o Executivo muito bem reapreciou o assunto, como aqui o Senhor Presidente tinha a maioria, ganhou, e respeita-se a posição que está tomada, se fosse a contrária também se respeitaria, agora não se pode ofender ninguém, nem fazer caracterizações com adjectivos perfeitamente corriqueiros, esses sim ofensivos, se as pessoas assim o entenderem, quando se fala aqui em aproveitamento político, e chicana, a propósito de tomada de posições com dignidade, não é correcto, estamos aqui para criticar a Câmara, para a fiscalizar mas também para louvar qualquer dos seus membros que toma posições de verticalidade e de correcção mesmo que estejam em desacordo com aquilo que nós pensamos”. -----

► **CÂNDIDO FERNANDES** usou da palavra e disse: “queria perguntar ao Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal, que no dia 16 e no dia 24 foi a Trabanca, à Espanha a uma reunião, esteve lá na AECT Duero-Douro, para nos explicar o que é que se passou porque penso que temos todo o direito as Freguesias que fazemos parte da AECT. ----- Depois outro assunto que me traz aqui, que falei nele do dia 23 de Dezembro de 2008, disse-lhe à Câmara ou dirigi-me para a Câmara que passasse ali pela estrada de Vilarinho, Ventoselo, que estavam lá uns sinais tombados, continuam tombados, a paragem continua vandalizada, parece mal, lixo entre o cruzamento de Ventoselo e a aldeia, também informei isso. Eu penso que só demonstra falta de interesse para estes assuntos à

Câmara”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “peço desculpa por não ter intervindo na altura certa, mas achei que não o devia fazer, não queria colocar em causa, nem quero a atribuição de uma condecoração ao Senhor Doutor Felício, que pelos vistos ajudou no desenvolvimento do Concelho, e só venho aqui agora dizer o seguinte, e também penitenciar-me porque desconheço qual é a hierarquia das diferentes medalhas, se assim se pode chamar, diferentes condecorações que o Município tem entregado a personalidades com serviços relevantes para o Município, só para dizer que a condecoração da chave do Município é a condecoração máxima, suponho, não sei, estou a perguntar, quando ouvi ler pareceu-me que seria a condecoração máxima; é só para chamar a atenção da Assembleia e da Câmara Municipal que quando se fazem estas condecorações que haja alguma..., mais uma vez não estou a pôr em causa o valor da condecoração à pessoa referida, mas que não banalizemos as condecorações, e se há outras condecorações de valor hierárquico inferior mas também meritório, que se tenha isso em consideração”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “eu vinha fazer uma pergunta ao Doutor João Henriques, ela foi de facto, também já colocada pelo Cândido, que era precisamente perguntar ao Doutor João Henriques qual era o ponto da situação em relação ao AECT Duero-Douro, porque eu acreditei muito, criei expectativas em relação ao AECT Duero-Douro. (fim da gravação na presente faixa da banda magnética) ... eu acho que isto é um aspecto positivo da evolução, do relacionamento entre os povos e as pessoas. -----

-----Depois por último tenho aqui e mais uma vez uma questão para colocar ao Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente há-de pensar lá vem este chato outra vez, que é em relação ao ponto da situação do Matadouro, eu acho que é uma obra estrutural e fundamental para a nossa região, não me leve a mal por vir mais uma vez a falar nela”. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “ eu só venho aqui com um assunto relativamente a uma reunião de Câmara, e acho muito bem que as actas venham para nós, membros da Assembleia, porque chamou-me a atenção, e gostava de pôr aqui uma pergunta para o Senhor Vereador Fernando Bártolo me responder na próxima Assembleia, ou quando quiser, numa votação de 28 de Outubro de 2008 ele absteve-se em relação à substituição da adutora do cruzamento do Souto a Valverde, e gostava de saber porque é que votou uma abstenção, se a Câmara está a fazer uma estrada nova, acho que era justo substituímos a adutora para mais longe da berma porque se calhar o Senhor para o ano está na oposição, e vai dizer assim houve um rebentamento na adutora e estragou-se a estrada, porque a adutora passava por baixo da estrada, e acho que se a Câmara optou por a substituição da adutora é para se calhar daqui à manhã não ter prejuízos na

estrada, mas nós vamos continuar a ter água, e quando for a inauguração vou lá chamá-lo para estar lá connosco e se não beber água, vai beber vinho”. -----

► **FERNANDO BÁRTOLO** usou da palavra e disse: “em relação à pergunta que me acabou de fazer o Presidente da Junta de Valverde, a posição que tomei foi de abstenção, não contra a remodelação da rede, mas contra o método como estava a ser feita, só isso”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “Senhor Deputado Cândido sobre o AECT o Doutor João vai-lhe responder. -----
-----Sobre os sinais eu próprio vou tomar a peito a resolução do problema.
-----Tibério, há uma hierarquia que está no Regulamento, agora não é qualquer pessoa, por acaso eu também não sou contra isso, mas tem que haver uma graduação das situações. -----

-----Dulcíneo, o AECT Duero-Douro vai ouvir da parte do Doutor João Henriques. -----

-----Quanto ao Matadouro, não podemos avançar com um Matadouro nós sós, porque isso é um desastre económico, tem que ser feito de acordo com Miranda do Douro, e Miranda do Douro tem-no no PROVER, se for aprovado é aprovado, se não for é um problema”. -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou da palavra e disse: “em relação à questão que eu aqui venho responder sobre o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro, sabemos que já aqui foi votada a nossa participação; foi votada nalgumas Juntas a sua participação também, em doze, mais propriamente dito, e isto é um assunto que começou há cerca de um ano, um ano e pouco, quando a Comissão Europeia instituiu este instrumento, que é o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial onde, junto às fronteiras, dois países se podem unir para juntos se candidatarem a investimento público e investimento financiado pela Comunidade, o processo pressupõe a aprovação pelos dois países, por parte de Espanha e por parte de Portugal, em que há também duas componentes, uma componente que são os estatutos e outra componente que é o convénio deste Agrupamento. Tudo isto veio a ser trabalhado ao longo dos tempos com muitos altos e baixos; tivemos a 17 de Setembro uma reunião aqui em Mogadouro com todos os membros, 159, creio eu, membros, que fazem parte deste Agrupamento, em que estiveram presentes, e posso-vos dizer que nos passados dias 4 e 5 de Fevereiro, em Guimarães, numa conferência sobre a Cooperação Transfronteiriça, sobre os novos instrumentos, a Ministra das Administraciones Públicas de Espanha e o Ministro do Ambiente de Portugal chegaram a acordo e que aprovaram o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro, que vai ser o quarto a ser criado em todo o espaço comunitário, no próximo dia 7 de Março. São as datas que estão a ser ainda tratadas, no rio Douro será feita a cerimónia de apresentação com a presença de ambos os Secretário de Estado de Espanha

e de Portugal deste Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, no dia 7 e no dia 14, assim se prevê será então a Assembleia constitutiva do Agrupamento que é um instrumento que se pode candidatar às verbas destinadas para este efeito e para este quadro comunitário de apoio, que foram € 8.700 milhões, portanto é destas verbas que estamos a falar e da sua quadruplicação, possível, que foi anunciada no Eixo Atlântico com a possibilidade deste novo instrumento que tem personalidade Jurídica, pode fazer obra, pode-se candidatar, pode gerir obras de terceiros, pode comprar património, pode admitir pessoal, é este instrumento que vamos passar a ter em mãos, o quarto da Comunidade, e que temos todos muita esperança que vá passar o desenvolvimento destas regiões transfronteiriças por este tipo de agrupamento”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos:

-----3. *Período de intervenção do público*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta.

-----Finda a leitura da Acta o Presidente da Assembleia põe à votação a acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -

-----Às treze horas e trinta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi.

A funcionária de apoio

(*Maria Isabel S. M. Preto*)

O Presidente da Assembleia Municipal

(*Ilídio Granjo Vaz*)

¹⁾ Esta acta é constituída por 18.703 palavras, distribuídas por 39 páginas e 1672 linhas *